

## T

## TABALIAENS.

Os que tiverem em seu poder testamento de algum legado pio darà delle o traslado ao Prelado, Tit. 26. Const. 2. num. 1. pag. 310. e 311.

Em que penas encorrerãõ, se derem posse dos Beneficios, que vagarem, ou fizerem autos della sem expressa licença do Prelado, Vide *Clerigos, e Beneficios*.

Com que penas lhes seja prohibido fazer escriptura de emprestimo de mayor quantia, da que se contar em sua presença, e das testemunhas, que no contrato assinarem. Vide *Usura*.

## TABO A.

Que em todas as Igrejas haja huma, em que se escrevaõ as obrigações perpetuas, que tiverem, e em que lugar, e à custa de quem se porà, Tit. 18. Const. 4. num. 6. pag. 191. e Tit. 20. Const. 2. num. 19. pag. 227.

Taboas de Sacra, deve haver em todos os Altares. Tit. 18. Const. 9. n. 4. pag. 202.

## TABOLAGEM.

Tabolagem de jogo, que ninguem a dê em sua casa; e como será castigado, quem a der, Tit. 37. Const. unica, num. 1. pag. 406. e 407.

## TAXA.

Taxa dos mantimentos, quando sobre ella se fizer alguma pregmatica, saõ os Clerigos obrigados a guardalla, se se observar com rigor pelos seculares. Vide *Pregmatica*.

## TELHA.

A que houver sido de alguma Igreja, naõ sirva senaõ para outra, Tit. 19. Const. 4. *per totam*, pag. 219.

## TESTAMENTEIROS.

Dentro em que tempo devem declarar, e como se aceitaõ, ou naõ, a testamentaria, e naõ aceitando, que se farà, Tit. 26. Const. 4. num. 12. pag. 316.

O que aceitar huma vez o cargo, naõ pòde desobrigarse delle, Titul. 26. Const. 4. n. 13. pag. 316.

Que devem fazer em aceitando este cargo, Tit. 26. Const. 1. pag. 380. &c.

Dentro em que tempo saõ obrigados a dar comprimento aos testamentos, Titul. 26. Const. 1. num. 1. 2. 3. e 4. pag. 308.

Como se lhe deve tomar conta dos testamentos por razaõ dos legados pios, ainda que sejaõ feitos com clausula, de que naõ os obriguem a isso, Ibidem. num. 5. pag. 300.

Naõ podem comprar coula alguma dos bens do defunto, de quem o forem, Tit. 26. Const. 6. num. 1. pag. 319.

Naõ ficando nomeados no testamento, a quem pertence a execuçaõ delle. Vide *Testamento*.

Q

TES.

## TESTAMENTOS.

- Feitos em causas pias se haõ de cumprir , ainda que se não fizessẽm com as solemnidades de Direito , Tit. 26. Const. 8. pag. 325. &c.
- Quem os impedir , a que se façãõ , em que penas encorrerã. Tit. 26. Const. 6. num. 16. e 17. pag. 324. e 325.
- Como se haverãõ os Clerigos , quando forem chamados , para os fazerem, Titul. 26. Const. 3. n. 1. pag. 311.
- Em que calos os naõ poderãõ fazer os Clerigos , sendo para isso chamados , Ibidem , num. 3. pag. 312.
- Em que tempo se darã comprimento a elles , Tit. 26. Const. 1. num. 1. 2. 3. e 4. pag. 308.
- Quem poderã tomar conta , e dar quitaçaõ da execuçaõ delles , passado o tempo determinado por Direito , e como as quitações , que se derem , se devem guardar em hum , e outro foro , Tit. 26. Const. 6. n. 1. 2. e 3. pag. 317.
- Quando a execuçaõ delles ficar devoluta , como proverãõ nisso os Vigarios. Vide *Vigario Geral*.
- Testamento , em que se não nomearem testamenteiros , a quem pertença a execuçaõ delle , Tit. 26. Const. 4. num. 8. pag. 314.

## TESTAR.

- Como , e de que poderãõ os Clerigos , Tit. 26. Const. 7. num. 1. 2. e 3. pag. 320.

## TESTEMUNHAS.

- Testemunha , quem o for , assistindo a matrimonio celebrado por palavra de presente contra a fórma do Concilio Tridentino , encorre em calo reservado neste Bispaõ , Tit. 9. Const. 2. num. 7. pag. 63.
- Quantas sejaõ necessarias para o matrimonio , Titul. 9. Const. 2. n. 6. pag. 62.
- As que assistirem aos matrimonios clandestinos , em que penas encorrerãõ , Ibidem ; num. 7.
- As que assistirem de proposito ao matrimonio celebrado diante do Paroco por força , ou engano , tem excommunhaõ , e em que penas encorrerãõ , Tit. 9. Const. 4. n. 2. pag. 67.
- Testemunhas na apresentaçãõ , ou renuncia de algum Beneficio , com condiçaõ , ou pacto illicito , quaes sejaõ bastantes para fazer legitima prova , Tit. 30. Const. 1. n. 3. e 4. pag. 375.
- Testemunhas Synodaes , que relaçaõ haõ de dar , Tit. 40. Const. 2. pag. 440.

## THE SOUREIROS.

- Os das Igrejas , em que penas encorrerãõ , se consentirem mais de 20 dias os homiziados nellas , e como se haverãõ com elles , se naõ quizerem fahir , ou provavelmente se temer , que sahindo os prenderãõ. Vide *Immuniãde*.
- Os das Igrejas naõ daraõ ornamentos para dizer Missa a Clerigo , que tem fama de naõ rezar o Officio Divino , Tit. 18. Const. 1. num. 3. pag. 440.

## T O A L H A S.

Quantas haverà em cada Igreja, Titul. 28. Const. 9. num. 4. pag. 202. e num. 6. e 7. pag. 203.

## T O M B O.

Que haja dous em cada Igreja de todos os bens, e propriedades della, e com que clareza, e distincão serà feito, Tit. 20. Const. 2. *per totam*, pag. 222.

Hum se porà na Sè, outro na Igreja propria, Tit. 2. Const. 2. num. 17. e 18. pag. 226. e 227.

## T O N S U R A.

Tonsura, e coroa dos Clerigos, qual deve ser para cada huma das Ordens, e de que tamanho, Tit. 14. Const. 4. *per totã*, pag. 140. usque ad 142.

Prima Tonsura, que idade se requer para ella, e mais requisitos, Tit. 8. Const. 2. n. 1. pag. 49.

## T O U R O S.

Que se naõ corraõ, nem façaõ outros semelhantes jogos nos adros das Igrejas, nem nelles se façaõ palanques. *Vide Igrejas.*

## T R I B U T O S.

Que se naõ ponhaõ às pessoas Ecclesiasticas. Titul. 25. Const. 9. pag. 298.

## T R I N T A R I O S.

Como, quando, e por quem se farà a sua notificaçãõ. Tit. 18. Const. 7. num. 13. pag. 200.

Pelos defuntos como se haõ de dizer. Titul. 18. Const. 7. *per totam*. pag. 196. usque ad 200.

Quantos modos haja delles, e quantos nomes tenhaõ. Ibid. num. 1. pag. 196.

Que todas as missas delles sejaõ de requiem, se se naõ dispuzer o contrario. Ibidem. num. 10. pag. 196. e 197.

Que naõ impidaõ dizer a missa do dia às horas costumadas. Tit. 18. Const. 7. num. 6. pag. 198.

## T U M B A.

Devea haver em cada Igreja. Titul. 18. Const. 4. num. 13. pag. 204.

## U

## V A G A B U N D O S.

**S**E devem confessar, e cõmungar na freguezia, aonde se acharem no tempo da Quaresma. *Vide Confissãõ.*

Havendo de cazar, que se observarà nos seos Matrimonios. *Vide Matrimonio.*

## V E N D E R.

Se naõ podem as cousas da Igreja sem licença do Prelado. *Vide Bens da Igreja.*

Se naõ podem os Prazos sem licença do seu Senhorio direito. *Vide Prazos.*

Vender fiado, como se cometta nisto usura, e quando naõ. *Vide Usura.*

## V I G A R I O G E R A L.

Que naõ dê licença para prègar sem preceder exame; e os Religiozos devem mostrar primeiro licença do seu superior. *Vide Pregadores.*

Como registara os roes dos confessados, e commungados, que lhe forem entregues pelos Parocos. Tit. 4. Const. 1. num. 7. pag. 16.

Como os entregará ao Promotor. Ibid. pag. 17.

Qual seja a sua jurisdicãõ. Regiment. cap. 3. pag. 88.

Como deve determinar se saõ, ou naõ maliciozos os impedimentos, que se teme se- jaõ postos ao Matrimonio. Tit. 9. Const. 2. num. 4. pag. 62.

Julgando por maliciozos os impedimentos, que se temem, pode dar licença, para se ce- lebrar o Matrimonio, sem precederem as denunciaçoens. Tit. 9. Const. 2. num. 4. pag. 62. Estas duas verbas se haõ de entender, quando estiver ausente o Provisor, a quem pertence a execuçaõ dellas.

Pode conhecer das cauzas matrimoniaes, e por si deve fazer as perguntas às partes, e as testemunhas de vista. Tit. 9. Const. 13. num. 1. pag. 75.

Como procederà nas cauzas matrimoniaes, em que houver alguma sospeita, ou pre- sumptaõ de conloyo. Ibidem.

Como procederà contra os clerigos, que tiverem em suas cazas mulheres de roim sos- peita. Titul. 15. Const. 2. num. 2. 5. pag. 164. 165.

Como procederà contra as pessoas, que tiverem em seu poder bens de ausentes, que saõ tidos, e havidos por mortos, naõ querendo fazer por suas almas os Officios co- stumados. Tit. 22. Const. 4. num. 1. pag. 240.

Pode authorizar os arrendamentos dos bens das Igrejas, se forem conforme o Direi- to. *Vide Bens da Igreja. confirma os arrendam. ff. 261 n. 3.*

Como procederà contra os Clerigos, que naõ observarem a pragmatica, que se fizer sobre a taxa dos mantimentos. Tit. 25. Const. 10. num. 5. pag. 301.

Como deve proceder contra os Ministros da Justiça secular, que quizerem tirar algum delinquente das Igrejas, ou fizer força, e violencia às pessoas Ecclesiasticas, que lho impedirem. Tit. 25. Const. 11. num. 12. pag. 366.

Como se haverá com as Justiças seculares, quando quizerem tirar algum delinquente das Igrejas nos cazos, em que lhe naõ vale a immuidade. Ibidem, num. 2. pag. 303.

Que naõ obrigue os Clerigos a fazer citaçoens, ou notificaçoens nas cauzas. Tit. 36. Const. 2. num. 24. pag. 406.

Que naõ obrigue aos Parocos, nem Sacerdotes a fazer as diligencias nas cauzas da Justiça. Ibidem.

Em falecendo algum Clerigo, deve mandar logo fazer inventario dos seos bens, e a quem serãõ entregues. Titul. 26. Const. 7. num. 15. pag. 324. e Regiment. cap. 3. num. 5. pag. 8.

Como

## DAS COUSAS MAIS NOTAVEIS.

125

Como se haverà com os testamenteiros, que aceitarem, ou naõ este cargo, e como com os que tendo huma vez aceitado, se quizerem desobrigar. Tit. 26. Const. 4. n. 1. pag. 313. e n. 12. 13. pag. 316.

Pode dar licença aos testamenteiros para comprarem alguma couza dos bens do defu- to, de quem o forem. Tit. 26. Const. 6. num. 2. pag. 319.

Nos mezes da alternativa Ecclesiastica lhe pertence tomar conta, e dar quitaçaõ da execuçaõ dos testamentos; em que cazos a naõ poderaõ dar; e como naõ devem levar couza alguma por testamento, que naõ hajaõ provido com conta concluida. Tit. 26. Const. 5. num. 6. pag. 319.

Como se haverà na Execuçaõ dos testamentos, quando ficar devoluta. Tit. 26. Const. 4. num. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. pag. 313. &c.

Como procederà nas querelas, que se lhe fizerem por petiçaõ, ou libello. *Vide Querelas.*

Em que cazos naõ podera mandar passar carta de seguro, sem primeiro consultar o Prelado. Tit. 29. Const. 9. num. 4. pag. 372.

Que naõ uze de Excommunhoens nos processos das demandas, e execuçaõ das sen- tenças, havendo outro remedio sufficiente. Titul. 38. Const. 1. num. 5. e 6. pag. 409.

Pode mandar passar cartas de excommunhaõ. Titul. 38. Const. 1. n. 5. pag. 405.

Que naõ uze de Interdicto, senaõ em cazos muito graves. Titul. 38. Const. 7. num. 7. pag. 417.

Como procederà contra os sacrilegos. *Vide Sacrilegio.*

Comque cuidado deve inquirir dos simoniacos, e como procederà contra elles. Titul. 30. Const. 1. num. 2. 3. 4. pag. 375.

Comque penas procederà contra os Simoniacos. *Vide Simonia.*

Pode Castigar aos Parocos, que consentirem algum abulo nos Baptismos. Tit. 2. Const. 5. num. 3. pag. 8.

Pode dar licença para se tirar treslado dos Baptismos, Chrismados, &c. Tit. 2. Const. 6. num. 9. pag. 11.

### V I O L A C, A M.

De lugares Sagrados, e Igrejas, em que cizos se de, e que couzas se prohibaõ nellas, em quanto estiverem violadas. Titul. 38. Const. 8. num. 1. 2. 3. pag. 417. &c.

Violada Igreja quem a poderà reconciliar sendo benta, e quem sendo Sagrada. *Ibid.* n. 1. pag. 417.

### V I S I T A C, O E N S.

Para que fim foraõ instituidas, e que se deve nellas pertender. Titul. 28. Const. 1. num. 1. 2. pag. 333. e Const. 4. *per totam.* pag. 336. e 337.

Que pessoas saõ obrigadas a se acharem presentes a ella. Titul. 28. Const. 17. num. 1. pag. 360.

### V I S I T A D O R E S.

Quaes devem ser. Titul. 28. Const. 2. num. 2. pag. 334.

Quando haõ de visitar as Igrejas. *Ibidem.* Const. 3. p. 336.

Que devem fazer logo, que chegarem ao lugar, que haõ de visitar, e como haõ de ser recebidos. Titul. 28. Const. 5. pag. 338.

Devem

- Devem inquirir nas visitaçoens, se se observa, o que nestas constituiçoens se determina à cerca da Fè Catholica. Titul. 28. Const. 14. num. 2. 3. pag. 350. e num. 3. pag. 351.
- Que se informem se morreo alguma criança sem a agoa do Baptismo por negligencia do Paroco. Tit. 28. Const. 12. num. 2. pag. 346.
- Podem castigar aos que, sendo obrigados a allumiar ao Santissimo Sacramento, faltarem com o necessario para a alampada. Tit. 5. Const. 6. num. 2. pag. 44.
- Devem se informar, se os desposados cohabitao na mesma caza antes de recebidos. Tit. 28. Const. 14. num. 24. pag. 353.
- Como procederão contra os Clerigos, que tiverem em sua caza mulheres de roim sospeita. Tit. 15. Const. 2. num. 2. pag. 164. e num. 5. pag. 165.
- Como procederão contra os que frequentarem Mosteiros de Freiras. Tit. 15. Const. 4. num. 1. pag. 168.
- Que se informem da auzencia, que fizerem os Beneficiados das suas Igrejas. Tit. 28. Const. 13. num. 5. pag. 249.
- Podem visitar, e castigar os Regulares pelas culpas, e erros, que cometerem servindo a alguma Igreja, ou Mosteiro Regular, costumado a ser regido por elles. Titul. 12. Const. 4. num. 6. pag. 104.
- Devem informar se, nas Igrejas, aonde ha coadjutores, administrao os Piores por si os Sacramentos a leos freguezes. Titul. 12. Const. 1. num. 9. pag. 98.
- Como procederà contra os Beneficiados, & Clerigos de Ordens Sacras, que naõ rezarem o Officio Divino. Tit. 28. Const. 15. num. 5. 6. 7. pag. 355.
- Que em todas as Igrejas façaõ por Missaes, e Manuaes Romanos. Tit. 28. Const. 9. num. 10. pag. 203.
- Como se informarão das Missas, e Trintarios, que estiverem por dizer, e como se haverão na distribuiçaõ dellas, castigando aos culpados. Tit. 18. Const. 7. num. 11. pag. 199.
- Podem tomar conta aos Officiaes das Confrarias. Titul. 28. Const. 16. num. 2. pag. 357.
- Devem visitar as Ermidas, e como se haverão, se naõ estiverem decentemente edificadas, e reparadas. Titul. 28. Const. 16. num. 2. pag. 356.
- Que devem fazer achando as Ermidas arruinadas. Ibidem num. 6.
- Que farão, quando acharem a Igreja longe de povoado, e em perigo de ser roubada. Titul. 19. Const. 1. num. 5. pag. 215.
- Que farão, quando acharem algum lugar taõ longe, que naõ possa hir a communhaõ aos enfermos. Ibidem. num. 8. pag. 216.
- Como darão licença para se fazerem Imagens, e pintarem retabolos nas Igrejas, fazendo se com a decencia devida. *Vide Imagens.*
- Como se devem informar da limpeza das Igrejas. Tit. 28. Const. 11. pag. 344. &c.
- Que naõ consintaõ haver nas Igrejas assentos particulares. Tit. 28. Const. 16. num. 8. pag. 358.
- Devem tomar conta com entrega da prata, e mais moveis da Igreja às pessoas, a quem estiverem encarregados. *Vide Prata.*
- Devem tratar os clerigos com brandura, e cortesia. Titul. 28. Const. 13. num. 20. pag. 350.
- Que naõ obriguem aos Clerigos a fazer citaçoens nas causas, aonde houver parte. Tit. 36. Const. 2. num. 2. pag. 406.
- Devem ter muito cuidado em pedir aos Parocos os roes, dos que naquelle anno falecerão

- cerãõ com testamento, ou sem elle. Tit. 26. Const. 2. num. 2. p. 311.
- Como se haverãõ com os testamenteiros, que aceitarem, ou naõ este cargo: e como com os que tendo huma vez aceitado, se quizerem desobrigar. Tit. 26. Const. 4. n. 1. 2. e 13. pag. 316.
- Nos mezes da Alternativa Ecclesiastica, lhe pertence tomar conta, e dar quitaçaõ da execuçaõ dos testamentos, em que cazos a naõ poderãõ dar, nem devem levar conta alguma por testamento, que naõ hajaõ provido com conta concluida. Tit. 26. Const. 5. num. 6. pag. 319. e Tit. 28. Const. 16. num. 13. pag. 359.
- Que qualidades devem ter. Tit. 28. Const. 2. num. 2. pag. 334. e 335.
- Como se haverãõ antes, e depois de chegarem à Igreja, que forem visitar. Titul. 28. Const. 3. num. 1. pag. 335. e Const. 5. num. 1. 2. pag. 338.
- Qual seja a primeira couza, que haõ de visitar entrando na Igreja. Tit. 28. Const. 6. pag. 338. 339.
- Como visitarãõ os Santos Oleos. *Vide Santos Oleos.*
- Como visitarãõ as Pias Baptismaes. *Vide Pia Baptismal.*
- Como visitarãõ as reliquias Santas, se as houver na Igreja. *Vide Reliquias.*
- Como visitarãõ as Imagens. *Vide Imagens.*
- Como visitarãõ o temporal das Igrejas, e adros dellas. *Vide Igrejas.*
- Como devem inquirir da vida, e officio do Paroco. Tit. 28. Const. 12. pag. 346. &c.
- Como, e com que respeito, e resguardo devem inquirir dos mais Ministros da Igreja. Ibidem. Const. 13. pag. 348. &c.
- De que couzas devem inquirir em geral no acto da visitaçaõ. Ibidem. Const. 14. pag. 350.
- Como se haverãõ no inquirir das culpas, e castigo dos culpados. Ibidem. Const. 15. pag. 354. &c.
- Como visitarãõ as Capellas, Hospitaes, Ermidas, e Confrarias. Ibidem. Const. 16. pag. 356.
- Farãõ prover tudo o que lhe parecer necessario para o serviço da Igreja, e culto Divino, Tit. 18. Const. 9. num. 14. pag. 204.
- A' custa de quem serãõ agasalhados. Tit. 28. Const. 16. num. 15. pag. 359.
- Como procederãõ contra os sacrilegos. Tit. 35. Const. unica. num. 11. pag. 403.
- Com que cuidado devem inquirir dos simoniacos, e como procederãõ contra elles. Tit. 30. Const. 1. num. 2. 3. 4. pag. 375.
- Como procederãõ contra, os que cõmetterem peccados publicos. Tit. 28. Const. 15. pag. 354.

## U S U R A.

- Quam grave peccado seja, e sua definiçaõ, Tit. 34. Const. unica, num. 1. pag. 397.
- Quantas especies haja della, e em que calos mais frequentemente se commetta, Tit. 34. Const. unica, *per totam*, pag. 397.
- Como se commetta em compras com paga de antemaõ, Tit. 34. n. 11. pag. 399.
- Como se commetta em vender fiado, Ibidem, num. 12.
- Como se commetta nos cambios, e letras dellas, Ibidem, num. 5. pag. 398.
- Como se commetta nas couzas dadas em penhor, Ibidem, num. 6. e 7. pag. 398. e 399.
- Como se commetta nos censos, Ibidem, num. 4.
- Como se commetta nos pactos de retro, Ibidem, num. 8. pag. 399.
- Como se commetta no aluguer dos animaes, Ibidem, num. 13. pag. 399.

Que

Que advertencias se façã sobre este crime, e como possaõ conhecer delle os Ministros Ecclesiasticos, Ibidem, num. 15. &c. pag. 400.

### USURARIOS.

Que naõ possaõ fazer testamento, e, se o fizerem, ficarã nullo, Tit. 26. Const. 9. pag. 327.

Com que penas seraõ castigados, Tit. 34. Const. unica, num. 16. &c. pag. 400.

## Z

### Z E L O.

Vide *Clerigo*, e *Immuniidade*.

*Finis, Laus Deo.*



ER-



# ERRATAS.

Pagina.	Numero.	Regra.	Erro.	Emenda.
pag. 4.	Num. 1.	Reg. 2.	houvese	houvesse
pag. 12.	na margem		Cachecifino	Catechifino
pag. 13.	num. 1.	reg. 4.	menimos	meninos
pag. 14.	num. 3.	reg. 20.	clandestinadamente	clandestinamente
pag. 15.	num. 5.	reg. 14.	pendença	penitencia
pag. 18.	num. 10.	reg. 12.	assim	a si
pag. 24.	num. 3.	reg. 34.	a ouvirá	o ouvirá
pag. 37.	num. 1.	reg. 10.	Aciprestes	Arciprestes. <i>E. assim</i>
<i>se lerá nas mais partes, aonde se achar nestas Constituições a palavra Aciprestes.</i>				
Ibid.	num. 2.	reg. 29.	fajaõ	sejaõ
pag. 46.	num. 3.	reg. 5.	Cap. 6.	Const. 6.
pag. 48.	num. 2.	reg. 16.	term, nem	termo, em
Ibid.	num. 1.	reg. 32.	tornar a ser	tornar a ser
pag. 56.			Titulo 4.	Titulo 8.
pag. 62.	num. 4.	reg. 22.	mandarmos	mandamos
pag. 72.	Const. 10.		premeyro	primeiro
pag. 73.	num. 1.	reg. 26.	instrumento	instrumento
pag. 74.	num. 6.	reg. 7.	postposto	postposto
pag. 75.	num. 1.	reg. 2.	peffoas livres	peffoas, ainda que sejaõ livres
pag. 98.	num. 9.	reg. 21.	muyta	muitas
pag. 99.	num. 11.	reg. ultima	man	mandado
pag. 102.	num. 1.	reg. 20.	govenar	governar
pag. 107.	num. 7.	reg. 4.	outra na apresentaçãõ	outra apresentaçãõ
pag. 117.	Tit. 13.		razoeyros	raçoeiros
pag. 129.	num. 2.	reg. 21.	fora impedido	naõ fora impedido
pag. 143.	num. 1.	reg. 24.	neglecto	neglecto
Ibid.	Ibid.	reg. 32.	lathifera	lethifera
pag. 144.	Ibid.	reg. 31.	defferre	deferre
pag. 145.	Ibid.	reg. 25.	diffiniri	definire
pag. 146.	Ibid.	reg. 8.	sub	sub
Ibid.	Ibid.	reg. 9.	defferendis	deferendis
158.			Const. 12.	Const. 13.
159.			Const. 13.	Const. 14.
Ibid.			Const. 14.	Const. 15.
160.			Const. 15.	Const. 16.
Ibid.			Const. 16.	Const. 17.
pag. 164.	num. 3.	reg. 30.	nunca	nunca
pag. 176.	num. 4.	reg. 17.	constituido	instituido.
pag. 190.	num. 4.	reg. 20.	verdede:	verdade:
pag. 193.	Const. 4.		sepulturas	sepatturas
pag. 197.	num. 3.	reg. 18.	algamas	algumas
pag. 201.	num. 1.	reg. 36.	Dominigo	Domingo
pag. 207.	num. 1.	reg. 12.	contiguos	contigaos
pag. 209.	num. 3.	reg. 33.	Iconomos	Economos
pag. 211.	num. 4.	reg. ultima	reformaçãõ	reformaçãõ
pag. 218.	num. 3.	reg. 24.	fe	fe
pag. 222.	num. 1.	reg. 34.	fatiofim	fateosim
pag. 223.	num. 5.	reg. 19.	fatiofins	fateofins
pag. 224.	num. 10.	reg. 19.	Bedeficiados	e Beneficiados
pag. 231.	num. 12.	reg. 2.	contumamacia	contumacia
pag. 237.	num. 5.	reg. 8.	de de	de
pag. 239.			Tit. 24.	Tit. 22.
Ibid.	num. 6.	reg. 23.	e naõ	e naõ
pag. 244.	num. 3.	reg. 12.	enformaremos	informaremos
pag. 245.	num. 1.	reg. 32.	on	ou
pag. 246.	num. 1.	reg. 8.	Beneficidos	Beneficiados
pag. 249.	num. 7.	reg. 16.	dor	dos
Ibid.	num. 1.	reg. 24.	direyro	direito,
pag. 260.			Const. 8.	Const. 13.
pag. 263.	num. 3.	reg. 14.	Iconomos	Economos

Pagina.	Numero.	Regra.	Erro.	Emenda.
Ibid.	num. 1.	reg. 19.	direyro	diceito
pap. 273.	num. 5.	reg. 15.	fe	se
pag. 283.	num. 1.	reg. 2.	hourem	honrem
pag. 287.	num. 6.	reg. 29.	qua	que
pag. 300.	num. 1.	reg. 18.	gaverno,	governo
pag. 301.	num. 3.	reg. 14.	revoguaré	revogaré
pag. 303.	num. 1.	reg. 7.	merecê,	merecerem
pag. 306.	num. 11.	reg. 7.	informados,	informados
Ibid.	num. 13.	reg. 36.	sejamos presentes	naõ sejamos presentes
Ibid.	Ibid.	reg. 37.	Prior, Reytor,	o Prior, Reytor
pag. 312.	num. 2.	reg. 14.	anniversarios,	anniversarios
pag. 314.	num. 7.	reg. 24.	uõs	nos
pag. 317.	num. 1.	reg. 18.	uos	nos.
pag. 333.	num. 1.	reg. 14.	enterratãõ	os enterratãõ
pag. 334.	num. 2.	reg. 30.	deciruir	decernir
pag. 341.	num. 4.	reg. 21.	simbolo	symbolo
pag. 343.	num. 4.	reg. 33.	mandarãõ	mandarãõ
pag. 349.	num. 10.	reg. 22.	Tizoueyro,	Thezoueyro,
Ibid.	num. 14.	reg. 38.	approvacaõ,	approvacaõ,
pag. 350.	num. 2.	reg. 35.	erezia,	heresia,
Ibid.	Ibid.	reg. ultima	seremonias	ceremonias
pag. 351.	num. 6.	reg. 21.	algem	alguem
pag. 352.	num. 16.	reg. 33.	outem	ontem
pag. 353.	num. 18.	reg. 1.	symonia	simonia
Ibid.	lb.	reg. 6.	recebele	recebesse
Ibid.	na cota à margem		lese	lase
pag. 356.	num. 8.	reg. 1.	tavolagens	tabolagens
pag. 357.	num. 3.	reg. 26.	mesmor	mesmos
pag. 360.	num. 1.	reg. 27.	negacio	negocio
pag. 361.	num. 3.	reg. 16.	inteyramente	inteiramente
pag. 368.	num. 3.	reg. 33.	Prometor,	Promotor
pag. 374.	num. 9.	reg. 11.	livandose	livrando-se
pag. 375.	num. 1.	reg. 1.	statuindo	estatuindo
pag. 382.	num. 3.	reg. ultima	mordemos	modernos
pag. 390.	num. 3.	reg. 33.	ouvindo	ouvido
pag. 391.	num. 5.	reg. 14.	admoftarem	admoestarem
pag. 392.	num. 2.	reg. 24.	accuzador,	accuzado,
pag. 393.	num. 5.	reg. 12.	collareral	collateral
pag. 395.	num. 1.	reg. 4.	dezafete	quinze
pag. 398.	num. 4.	reg. 8.	chamas	chamaõ
pag. 399.	num. 12.	reg. 32.	cõ ou condiçaõ	ou cõ condiçaõ
pag. 400.	num. 16.	reg. 21.	cruzdos	cruzados
pag. 402.			Titulo 25.	Titulo 35.
pag. 404.	no titulo 34.		madados	mandados
pag. 405.	num. 1.	reg. 28.	q̄ cõmetem à justiça,	q̄ cõmettem, a justiça
pag. 406.	num. 4.	reg. 13.	sinodo	Synodo
pag. 407.	num. 1.	reg. 35.	he coufa	he causa
Ibid.	num. 2.	reg. ultima	Tirdentino	Tridentino
pag. 411.	num. 6.	reg. 4.	causaõ	caucaõ,
pag. 413.	num. 4.	reg. 16.	põde de fer	põde fer
pag. 417.	num. 1.	reg. 24.	saogue	saugue
pag. 419.	num. 6.	reg. 1.	falfarios	falfarios
pag. 422.	num. 19.	reg. 27.	Apestolica	Apostolica,
Ibid.	Ibid.	reg. 28.	alguma	alguns
pag. 426.	no Tit. da Const. 11.		as Papa	ao Papa
pag. 430.	num. 39.	reg. 36.	Bulla do Senhor	Bulla da Cea do Senhor
pag. 332.			Tit. 33.	Tit. 38.
pag. 434.			Const. VIII.	Const. 14.
pag. 439.			Tit. 38.	Tit. 39.
<b>ERRATAS DO REGIMENTO.</b>				
Pag. 20.	num. 46.	reg. 1.	negligencia dec	negligencia naõ der
pag. 35.	num. 4.	reg. 18.	leva	levava
pag. 46.	num. 6.	reg. 12.	comprehendido	comprehendido.



## Licenças do S. Officio.

**P**ode-se tornar a imprimir, e não correrá sem nova licença, para o que torne conferido. Coimbra em Meza 3. de Junho de 1728.

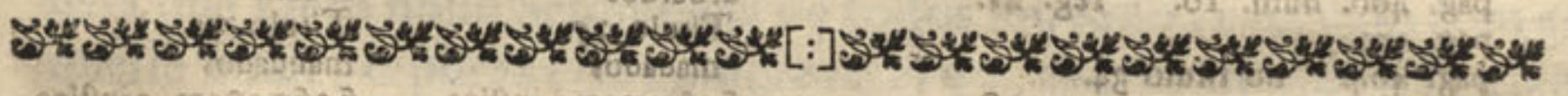
*Abreu.*



## Do Ordinario.

**P**or attenção à grande utilidade commua, que resulta de se tornarem a imprimir as Constituições aos Parocos, e Subditos do Bispado pela grande falta que ha dellas, concedo licença, para o R. supplicante Economo da Mitra as mandar imprimir à sua custa. Coimbra 6. de Janeyro de 1728.

*Freyre.*



## Do Paço.

**Q**ue se possa tornar a imprimir. Lisboa Occidental 20. de Setembro de 1728.

*Galvão. Botelho. Oliveira. Alvres. Bonicho.*

Pòde correr. Coimbra em mesa  
de Junho 26. de 1731.

*Amaral. Paes.*

Pòde correr. Coimbra 26. de  
Junho de 1731.

*L. B. de Angola.*

Taxaõ este livro em 1400. em pa-  
pel, para q possa correr. Lisboa  
Occidêtal 2. de Agosto de 1731.

*Pereyra. Teixeyra.*

C O P I A  
D A S  
P A S T O R A E S,

QUE CONFIRMOU O ILLUSTRISSIMO  
Senhor Bispo de Angola, Vigario Capitular  
deste Bispado de Coimbra.

PASTORAL DO ILLUSTRISSIMO SENHOR BISPO CONDE  
*D. Joaõ de Mello de doze de Outubro de mil e seis centos e noventa,*  
*em que confirma a da Doutrina.*



OM Joaõ de Mello por mercè de Deos, e da Santa  
Sè Apostolica Bispo de Coimbra, Conde de Arganil,  
Senhor de Coja, e do Conselho de Sua Magestade, &c. A todos os nossos Subditos saude,  
e paz em Jesu Christo nosso Senhor, que de todos  
he verdadeiro remedio, e salvaçaõ. Fazemos saber,  
que desejando Nós com todo o affecto do nosso  
coraçãõ, como pede a obrigaçaõ do nosso officio Pastoral, tirar todas as  
ocasiões de escandalo, e peccado de todo o nosso Bispado, para que Deos  
nosso Senhor seja de todos louvado, e servido com aquella amor, e pureza  
de consciencia, que as creaturas devem a seu Creador, nos pareceo por  
esta nossa Pastoral estabelecer, e ordenar o seguinte.

Attendendo Nós, que nas Igrejas do nosso Bispado celebrando-se o  
Sacro-Santo Sacrificio da Missa, ao Offertorio se usa em algumas partes  
pedirem os Fréguezes licença para fallarem coufas congruentes ao governo  
da Igreja, e Confrarias, de que resultaõ algumas praticas com clamores  
escandalosos; por tanto mandamos a todos, e a cada hum dos Parochos  
em virtude de Santa obediencia, que depois de revestidos, e começarem  
a Missa, se naõ devirtaõ a outras praticas mais, que fazer a Estaçãõ  
com aquella moderaçaõ,

ção, que por nossas Constituições lhes he recomendada, e a tomar conta de seus Fréguezes, e a nenhum delles concedaõ licença para no tempo da Estação, ou em qualquer da Missa poder fallar em qualquer materia, e se algum Fréguez for oulado a qualquer pratica neste tempo, encorrerá pela primeira vez em pena de dez tostões, pela segunda em dous mil reis, applicados na fórmula ordinaria, das quaes penas fazemos Juizes, e Executores aos mesmos Parochos, e o remeterão logo ao deposito geral de nosso Juizo, e sendo algum dos delinquentes remisso em satisfazellos, o Parocho avisará ao nosso Meirinho Geral para os quebrar, e havendo algum, que terceira vez reincida, se lhe dobrará a pena, e será castigado com o rigor, que merecer a sua contumacia, e tendo algum Fréguez, que requerer sobre o ministerio da Igreja, o poderá fazer com toda a modestia no adro, ou corpo da Igreja, antes, ou depois da Missa, aonde ao Parocho melhor lhe parecer, e havendo promessas para cousa necessaria à Igreja, ou outra obra pia, e outro fim, para as Eleições dos Mordomos, o Parocho advertirá à Estação, que se faraõ antes, ou depois da Missa, advertindo se façaõ com toda a modestia, e sem algum estrondo.

Porque a rezidencia dos Parochos em suas Igrejas em todo o tempo, e particularmente da Quaresma, he huma das mais precisas obrigações de seu officio; mandamos em virtude de Santa obediencia a todos, e a cada hum dos Parochos, que em o tal tempo da Quaresma não préguem fóra de suas Igrejas, e fazendo-o, procederemos contra elles com as penas, que nos parecer.

Outro fim, por evitarmos as contendias, que costumão haver sobre as eleições de Prégadores da Quaresma; ordenamos, que nas Igrejas, em que os Parochos costumão prégar os Sermões em huma das Oytavas do Natal, o mesmo Parocho faça a nomeação do Prégador para a Quaresma; e aonde os Fréguezes pagaõ ao Prégador, em o mesmo dia façaõ a eleição de quatro homens dos melhores do povo, e estes presidindo o Parocho, se não for Prégador, e sendo-o, o Juiz da Igreja, elegerão logo no mesmo dia pessoa, que ha de prégar na Quaresma, e da nomeação do Parocho, ou da eleição do povo o Parocho, se não for Prégador, para este effeito haverá a esmola costumada à custa da Fabrica, aonde a houver, e aonde não, à custa das Confrarias da Igreja, e o Juiz da Igreja, ou a pessoa, que costuma fazer semelhantes avisos, dará logo conta ao nomeado, ou eleito,

DAS PASTORAES.

3

eleito, que aceitando afinará o Termo, e quando não aceite, o Parocho, ou os mesmos quatro Eleitores, farão logo outra nomeação, ou eleição, que afinarão com o Prégador como aceita, e não o fazendo assim até quinze de Janeiro, havemos por aquella vez por devoluta a Nós a eleição, ou nomeação para provermos, como nos parecer.

E porque somos enformados, que em algumas Festas, que se fazem na Igreja, Cappellas, ou nas Procissões, se fazem algumas danças, ou bayles de mulheres com menos decencia, e decoro; portanto prohibimos com pena de Excommunhaõ mayor, *Ipsò factò*, imposta aos Parochos, que não consintão as ditas danças em os taes lugares, como tambem, que nenhuma mulher assista em traje de homem à guarda do Senhor na Semana Santa, e outro sim, lhe prohibimos com a mesma pena, não consintão se pernoute nas Igrejas, ou Ermidas, e naquellas, em que não for possível recolherem-se osromeiros a suas casas, não consintirão fiquem homens, e mulheres juntamente, mas em se pondo o Sol, fecharão as portas da Igreja, ou Ermida, ficando sómente dentro as mulheres; e o mesmo mandamos sob a mesma pena aos Ermitães, ou quaesquer pessoas, que a seu cargo tiverem a guarda de qualquer Igreja, ou Ermida.

Outro sim, mandamos aos Parochos sob a mesma pena, não permittaõ, que nas suas Igrejas por occasiões de Sermões, Ladainhas, Completas, ou qualquer outra devoção, estejaõ de noite homens, e mulheres juntamente, e sob a mesma pena façaõ começar os taes actos a horas, que se possaõ acabar ao Sol posto, e neste tempo fecharão as portas das Igrejas, Ermidas, ou Cappellas, excepto dia de Natal, e Quinta feira Santa, e se por qualquer causa se não poderem os taes actos começar a horas de acabarem no sobredito tempo, não os haverà naquelle dia, porque menos mal serà faltarem, do que fazerem-se com occasião de graves offenças de Deos.

Achamos, que alguns Parochos eraõ menos cuidadosos em ensinar a Doutrina Christãa a seus Fréguezes, sendo-lhe tanto encomendado, e encarregado pelo Direito, Constituições, e nossas Pastoraes, devendo attender muito a huma Excommunhaõ mayor, *Ipsò factò*, que lhe temos posta, aos que desobrigarem aos seus Fréguezes, que não souberem a Doutrina Christãa, o que muito especialmente tornamos a advertir, e que nesta materia por taõ relevante, lhe pedirà Deos estreita conta. *Neste §. confirma o dito Illustrissimo*

*Senhor a Pastoral da Doutrina passada em dous de Dezembro de mil e seis centos e oytenta, cuja copia vay abaixo.*

Chegounos à noticia, que em alguns lugares do nosso Bispado havia huns concursos de homens, e mulheres, com nome *Cerões*, com este, ou aquelle preteisto, dos quaes se seguiaõ muitas acções contra o serviço de Deos, e em grave damno da reputação dos nossos subditos; pelo que estreitamente prohibimos os taes concursos, assim em casas particulares, como em ruas publicas, com pena de cinquenta cruzados pagos do Aljube, sem remissão pela primeira vez, e pela segunda em dobro, com pena de degredo para Africa por quatro annos a qualquer homem, que se entremeter nos taes concursos, e qualquer pessoa, que para elles der casa, ou os consentir junto à sua; e as mesmas penas encorrerão os pays, e as mãys, que permittirem a suas filhas irem aos taes ajuntamentos; e mandamos aos Parochos com pena de Excommunhaõ mayor, *Ipsò facto*, que constando-lhe com certeza, ha nas suas Fréguezias os taes concursos, nos fação logo aviso, ou ao nosso Vigario, declarando as pessoas, que são culpadas, e desta materia tambem inquirirão os nossos Visitadores com toda a exacção, para procedermos contra os delinquentes com as penas assima declaradas, e contra os Parochos remissos em dar conta com as penas, que nos parecer.

Tambem fomos enformados, que muitas pessoas seculares usaõ de habito *Talar* Ecclesiastico, que por Direito commum, Concilio Tridentino, e Synodal, he permittido só às pessoas Ecclesiasticas, não havendo por este respeito differença entre estes, e os seculares, de que se seguem grandes inconvenientes; por tanto, mandamos, que nenhuma pessoa de qualquer qualidade possa usar do tal habito, não tendo ao menos prima tonsura, e os que a tiverem querendo usar do habito, andarão tambem tonsurados, e aos que não tendo ao menos prima tonsura, e tendo-a usarem delle sem trazerem coroa aberta, além das penas impostas em outra nossa Pastoral, que por esta novamente confirmamos, encorrerá em pena de vinte cruzados pagos do Aljube pela primeira vez, e em dobro pela segunda, applicados na fórmula ordinaria, e o nosso Meirinho Geral, com pena de se lhe dar em culpa, terá cuidado de prender, aos que achar em habito sem tonsura, e logo dará conta ao nosso Vigario para à execução da pena pecuniaria.

He muito para estranhar nos Ecclesiasticos, devendo em tudo ser  
exem-



## DAS PASTORAES

5  
 exemplo, para os que o não são, o uso de armas prohibidas, ainda aos seculares; pelo que, prohibimos estreitissimamente a todos os Ecclesiasticos usarem de armas prohibidas aos leigos pelas Leys de Sua Magestade, e o que em qualquer tempo for achado em povoado, não vindo de caminho, com clavina, será prezo, e do Aljube pagará sobre o perdimento da arma, que em todo o caso encorrerá, quatro mil reis pela primeira vez, e pela segunda em dobro, e sendo achado com bacamarte em qualquer tempo, ou parte, pagará pela primeira vez oytto mil reis, e pela segunda em dobro, e achando-lhe pistola, ou pistolete, será também prezo pelo tempo, que nos parecer, e pagará doze mil reis pela primeira vez, e pela segunda em dobro, e achando-lhes em casa qualquer das sobreditas armas, ainda que dellas não usem, pagarão ametade das penas pecuniarias assim declaradas pagas do Aljube, e sendo achado com faca de ponta, pagará dez mil reis, e constando, que com ella entra na Igreja a celebrar o Sacro-Santo Sacrificio da Missa, ou qualquer dos Divinos Officios, será prezo, e se lhe dobrará a pena a nosso arbitrio, e quanto ao uso das mais armas, que aqui não declaramos, se observe o disposto em nossas Constituições.

Somos enformados não ter sido sufficiente a prohibição de direito, nossas Constituições, e Pastoraes o fazer cessar o escandalo, que ha em os Ecclesiasticos, e seculares frequentarem os Mosteiros das Freiras sem terem justa causa para o fazer, de que se seguem varios inconvenientes ao serviço de Deos, e observancia da Religião; portanto, mandamos, que nenhuma pessoa secular, ou Ecclesiastica frequente os taes Mosteiros não tendo para isso cargo nelles, ou outra causa justa, e manifesta, nem conversem com as Religiosas em grades, ou quaesquer outros lugares, e o que por summario, inquirição, ou devaça for comprehendido, sendo Clerigo, além das penas em nossas Constituições, e Pastoraes já impostas, será prezo, e pagará do Aljube pela primeira vez vinte mil reis, e pela segunda quarenta, e pela terceira sessenta, e será suspenso do Officio por tempo de hum anno, e sendo comprehendido mais vezes, será castigado a nosso arbitrio com degredo, e as mais penas, que nos parecer, e não tendo os culpados por onde paguem as penas pecuniarias, serão prezos por tempo de quatro, oytto, e doze mezes conforme o lapso de sua culpa, e os nossos Visitadores nos lugares aonde houver Mosteiros de Freiras perguntarão devaçamente por este caso, e contra

os leigos se procederá, conforme nos parecer, guardada a de direito.

Tem mostrado a experiencia os grandes inconvenientes, que se seguem à recta administração da justiça de se não executarem as penas impostas aos delinquentes, especialmente as de degredo, e para que o medo da pena faça emendar aquelles, a que o temor de Deos não faz abster dos peccados; ordenamos, que sendo algum subdito nosso degradado por Sentença, que passe em causa julgada, o Escrivão dos Autos, sob pena de Excommunhaõ mayor, *Ipsò facto*, em termo de oyto dias remetta por Certidaõ o traslado da Sentença ao Parocho dos condemnados à custa dos mesmos, e o Parocho, sob a mesma pena, em termo de outros oyto dias remetterà ao Escrivão Certidaõ de como fica entregue da Sentença, a qual Certidaõ o Escrivão juntará aos Autos, e passado o termo, que na Sentença for assinado ao Reo para ir cumprir o degredo, o Parocho debaixo da mesma pena o declarará, e não o admittirá mais aos Divinos Officios sem mostrar em como tem satisfeito o dito degredo, ou lhe for por Nós perdoado, e alcançado algum Recurso nosso, ou de nosso Vigario, o aceitarão, e passado o termo delle, o declararão por excommungado, e se algum for taõ contumaz, que não obedeça, fará aviso ao nosso Vigario para mandar proceder contra elle a prizaõ, e às mais penas, que parecer.

Visitando as Igrejas deste nosso Bispado, em poucas achamos, que os Parochos, como deviaõ, fizessem conservar as nossas Pastoraes, que lhe temos mandado, de que resulta faltar com a memoria dellas a observancia, do que nellas ordenamos, em prejuizo do bem espiritual dos nossos subditos, e governo das Igrejas; pelo que mandamos a todos os Parochos, que cada hum em sua Igreja tenha livro, em que lançará o traslado desta nossa Pastoral, e das mais, que pelo tempo adiante lhe forem appresentadas, como tambem, das que tiverem, e forem já publicadas, principalmente a ultima, que lhe mandamos com a explicação dos Sacramentos, e outras materias importantissimas, e não tendo esta, a procurarão ao Escrivão da Camera, e a lançarão no livro até trinta dias depois desta publicada, e no mesmo livro depois do traslado de cada huma das Pastoraes, passarão Certidaõ, que assinarão, da publicação della, declarando o dia, mez, e anno, em que a publicaraõ, e faltando os Parochos, ao que nesta materia lhe ordenamos, e não nos appresentando, ou a nossos Visitadores no acto de Visita o dito livro, pagarão pela primeira vez dez tostões, e pela

## DAS PASTORAES.

7

pela segunda dois mil reis, e faltando mais vezes, serãõ castigados a nosso arbitrio. E para que chegue à noticia de todos, mandamos a todos os Parochos com pena de Excommunhaõ mayor, *Ipsò facto*, que em o primeiro dia Santo, ou Domingo depois de esta lhe ser apresentada, a publiquem a seus Fréguezes à Missa da Terça, e depois de publicada a fixarãõ nas portas principaes de suas Igrejas, donde, sob a mesma pena, sem ordem nossa se não tirará. Dada em Coimbra sob nosso Sinal, e Selo de nossas armas aos doze dias do mez de Outubro de mil e seis centos e noventa. Dionizio da Costa Brandaõ Secretario de Sua Illustrissima, e seu Dezembargador da Mesa da Justiça a fiz escrever, e sobescrevi.

*João Bispo Conde.*

### PASTORAL DA DOCTRINA CHRISTÃA DO

*Illustrissimo Senhor Bispo Conde D. João de Mello de dous de Dezembro de mil e seis centos e oytenta.*

**D**Om João de Mello por mercè de Deos, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Senhor de Coji, e do Conselho de Sua Magestade, &c. A todos os Reverendos Priores, Vigarios, Curas, e Parochos desta Cidade, e todo o nosso Bispado, e mais subditos delle, saude, e paz para sempre em JESU Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio, e salvaçaõ. Por quanto o mesmo Senhor por sua incomprehensivel disposiçaõ ordenou entregarnos o governo deste Bispado taõ grave, e formidavel a nossas humanas forças, e foy servido trazernos a esta Cidade, mais principal lugar da nossa residencia, para que a vigilancia das direcções espirituaes, e temporaes concernentes às almas dos nossos subditos, tivessem primeiro lugar em nossos intentos, e Pastoral cuidado: considerando a estreitissima conta, que havemos de dar ao Altissimo Pastor Divino deste seu rebanho, a importante obrigaçaõ, que ha nos Reverendos Parochos de ensinarem a seus Fréguezes os Mysterios de nossa Santa Fé para salvaçaõ de suas almas, e nos Parochianos a diligencia, que devem pôr para terem o verdadeiro conhecimento, do que devem crer, e saber como Fieis, e verdadeiros Christãos: havendo-nos mostrado a experiencia em alguns Bispados, que já tivemos, que sendo a mayor parte dos subditos, os que necessitaõ de serem bem instruidos na Doutrina Christãa,

stãa, se achavaõ com cracissimas ignorancias em materia taõ grave, e o que mais era para sentir, que o inimigo de nossas almas havia introduzido nos Parochos hum quazi total esquecimento de darem às suas ovelhas este espirital pasto, e nos Parochianos, principalmente já adultos, hum pejo enganoso, que os divertia, e apartava de serem instruidos, e doutrinados, como convem, sendo a omillaõ de huns, e ignorancia de outros evidente causa do precipicio de todos nos ditos Bispados. A taõ prejudicial discuido procuramos acudir com o remedio, de que já se tem visto copioso fruto, e muito agradavel a Deos nosso Senhor, como tambem agora esperamos se figa, e augmente, mediante a Sua Divina misericordia, neste nosso Bispado. Pelo que, mandamos em virtude de Santa obediencia, e sub pena de excommunhaõ mayor, *ipso facto, incurrenda*, a todos os Reverendos Parochos desta Cidade, e Bispado, e bem assim aos Confessores, e aprovados, de que se ajudarãõ os Reverendos Parochos para confissoens da Quaresma, naõ desobriguem dos preceitos annuaes da Sagrada Confissaõ, Communhaõ a nenhum de seus Fré-guezes, sendo Varaõ de quatorze annos, e mulheres de doze, sem que primeiro lhes conste por exames, que lhes faraõ antes de os confessarem, que sabem, e entendem conforme suas capacidades os Mis-terios, e mais cousas, que se contem na Instrucçaõ abaixo escrita; advertindo porẽm, que supposto naõ as repitaõ pelo theor, que vãõ escritas, serã bastante, que explicitamente as entendaõ quanto à substancia conforme sua sufficiencia, e havendo alguns remissos, que por sua culpa, ou omillaõ se naõ façaõ capazes de serem admitti-dos a desobrigallos do preceito da quaresma, contra os quaes proce-derãõ na fórma das Constituições deste Bispado, e nossas Pastoraes, e com os mais, que tiverem alguma escusa, ou causa relevante per-petua, ou temporal se haverãõ com a prudencia de Parochos, defe-rindo-lhe o desobrigallos pelo tempo, que de conselho lhes poderiaõ dilatar os Sacramentos, e de huns, e outros, e do mais que nesta ma-teria houver, e acontecer sempre nos daraõ parte, e faraõ avisos, principalmente, quando remetterem os rois dos confessados nas Cer-tidões dos quaes sob a dita pena de excommunhaõ, faraõ declara-çaõ em como os desobrigados estavaõ capazes na fórma da nossa Pas-toral, e dos que naõ forem ainda capazes de serem desobrigados ao tempo, que haõ de remetter o dito rol, além delle faraõ lembrança à parte, declarando as cousas, que cada hum tiver, ou culpa de naõ

fer

fer achado capaz, e sua idade. Exhortamos a todos nossos subditos, que necessitarem de serem instruidos, que se applicuem fervorosamente, e concorraõ à explicação do contehudo nesta nossa Pastoral, que lhes faraõ frequentemente os seus Reverendos Parochos, e ainda os Parochianos mais doutos devem continuar este Santo exercicio, para com o seu exemplo se poderem mover, e exercitar os mais, o que esperamos resulte em especial agrado, e serviço da Divina Magestade, e declaramos, que os Reverendos Parochos poderãõ obrigar a seus Fréguezes, que necessitarem de serem instruidos com condemnações pecuniarias, consideradas suas possibilidades até a quantia de meyo tostaõ, para que vaõ ouvir suas explicações, e doutrina, as quaes penas pecuniarias seraõ applicadas à Confraria do Santissimo de suas Parochias, porèm, com esta Doutrina naõ he nossa tenção desobrigar aos Reverendos Parochos do encargo, que em razãõ de seu officio tem de ensinarem a Doutrina Christãa a seus Fréguezes.

**COUSAS, QUE HAM DE CRER OS FREGUEZES.**

**A**S PESSOAS da Santissima Trindade saõ tres, a saber Padre, Filho, e Espirito Santo, tres PESSOAS, e hum só Deos verdadeiro.

O Padre he Deos, o Filho he Deos, o Espirito Santo he Deos, e naõ saõ tres Deoses, mas hum só Deos.

Estas tres Divinas PESSOAS todas saõ em tudo iguaes.

A segunda Pessoa, que tambem se chama Verbo Divino, foy a que Encarnou, e se fez Homem, e depois de feito Homem se chamou JESU Christo, que he hum só Pessoa com duas naturezas Divina, e Humana.

Fezse Homem por obra do Es-

pirito Santo, e naõ de Varaõ.

Sua Mãy he a Virgem Maria Senhora nossa, de que nasceo sendo Virgem antes do parto, e no parto, e depois do parto.

Este Senhor, em quanto Homem, naõ tem Pay, tem sómente Mãy, em quanto Deos naõ tem Mãy, mas sómente Pay.

O mesmo Senhor JESU Christo padeceo morte de Cruz, e os mais tormentos de sua Sagrada Paixaõ, em quanto Homem, e naõ em quanto Deos.

Morreo verdadeiramente apartando-se a Alma do Corpo, e foy sepultado, e neste tempo desceu sua Alma ao Limbo acompanhada, e junta com a Divindade,

que nunca della se apartou, como tambem se não apartou do Corpo; e tirou as Almas dos Santos Padres, que alli estavaõ.

Resuscitou ao terceiro dia tornando-se a unir, e ajuntar a Alma ao Corpo.

E depois de resuscitado dahi a quarenta dias subio ao Ceo.

Està assentado a mão direita de Deos Padre, quer dizer, que està em igual alteza, e grandeza com seu Eterno Pay.

Ha de vir a julgar os vivos, e os mortos no fim do Mundo com grande gloria, e Magestade, e dar a cada hum, o que merecer.

A Igreja Catholica quer dizer Congregaçãõ, e ajuntamento dos Fieis de Christo debaixo de huma Cabeça, que he o Papa.

A Communicaçãõ dos Santos quer dizer, que na Igreja ha Santos, e Iustos, que estão em graça com Deos, e destes huns participãõ dos merecimentos das obras dos outros.

A Remissaõ dos peccados quer dizer, que Christo nosso Senhor nos remio, e deixou em sua Igreja poder para por meyo da Penitencia se perdoarem peccados.

A Ressurreiçãõ da carne quer dizer, que no dia do Juizo, e depois de todos mortos, se haõ de tornar a unir as almas aos corpos.

A Vida Eterna quer dizer, que depois de todos julgados por

Christo nosso Senhor, haõ de ir os maos em corpo, e alma padecer eternamente no Inferno, e os bons em corpo, e alma a gozar a Gloria de Deos por toda a eternidade.

Os Sacramentos da Santa Madre Igreja saõ sete.

O primeiro he Baptismo.

O segundo Confirmaçãõ.

O terceiro Communhaõ.

O quarto Penitencia.

O quinto Extrema-Unçaõ.

O sexto Ordem.

O setimo Matrimonio.

Contriçãõ he hum remedio muito efficaç para hum peccador, que està em peccado mortal, se pôr em graça, e amisade de Deos, de maneira, que se morrer naquelle estado se salva.

A Contriçãõ vem a ser dor dos peccados passados por serem commettidos contra Deos, que he summamente bom, com proposito de os não commetter mais, e de os confessar a seu tempo.

Atriçãõ he dor dos peccados com proposito, e por amor das penas do Inferno, e perda da Bè-aventurança.

Sacramento da Sagrada Eucaristia.

Na Hostia Consagrada està o Corpo de N. Senhor Iesv Christo Deos, e Homem verdadeiro, e como està vivo tem juntamente Sangue, Alma, e Divindade.

No

## DAS PASTORAES.

11

No Caliz Consagrado está o Sangue do mesmo Senhor, e como seja Sangue vivo, tem juntamente Corpo, Alma, e Divindade.

Assim na Hostia, como no Caliz Consagrados está todo o Christo, assim como está no Ceo.

Em qualquer parte, ainda que muito pequenina, da Hostia, e Vinho Consagrados está todo o Christo, assim como está em toda a Hostia, e em todo o Caliz.

Para hum Fiel cõmungar dignamente, he necessario que tenha Fé, e Caridade, e lembrança da Paixão de Christo, que neste Divino Mysterio se representa.

O Fiel, que se sentir com consciencia de peccado mortal, para haver de commungar deve confessarse primeiro.

Antes da Communhão ha todo o Catholico ter Oração vocal, ou mental conforme sua capacidade pelo tempo, que lhe for possível.

Quem houver de commungar ha de estar em jejum natural, salvo na enfermidade, quando he grave, que entãõ pòde commungar por modo de Viatico, ainda que não esteja em jejum.

O que communga em peccado mortal voluntariamente, comete grave peccado de sacrilegio.

Finalmente, todos os Fieis são obrigados a saber orar a Deos nosso Senhor, para o que lhes he necessario saber pelo menos a Ora-

Depois de commungar, deve o Catholico dar graças a Deos por taõ alto beneficio, orando conforme a sua capacidade.

Os Mandamentos da Ley de Deos são dez.

O primeiro honraràs a hum só Deos.

O segundo não juraràs o seu Santo nome em vaõ.

O terceiro guardaràs os Domingos, e Festas.

O quarto honraràs o Pay, e Mãy.

O quinto não mataràs.

O seisto não fornicaràs.

O setimo não furtaràs.

O oytavo não levantaràs falso testemunho.

O nono não desejaràs a mulher do teu proximo.

O decimo não cubicaràs as cousas alheyas.

Os Mandamentos da Sãta Madre Igreja são cinco.

O primeiro ouvir Missa inteira Domingos, e dias Santos de guarda.

O segundo confessar ao menos huma vez no anno.

O terceiro commungar pela Pascoa da Resurreiçaõ.

O quarto jejuar, quando manda a Santa Madre Igreja.

O quinto pagar dizimos, e primicias.

ção do Padre nosso, e os Reverendos Parochos lhe expliquem os Mysterios, e Festas, que se solemnizaõ no discurso do anno, e a todas as pessoas, que ensinarem a Doutrina, e a aprenderem, concedemos por cada vez, que o fizerem quarenta dias de Indulgencia, e para que venha à noticia de todos os nossos Subditos esta nossa Pastoral, mandamos a todos os Reverendos Parochos, que a publiquem a seus Fréguezes em hum Domingo, ou dia Santo de guarda à Estação da Missa do Dia sob as penas sobreditas, e a fixarãõ nas portas de suas Igrejas. Dada em Coimbra sob nosso Sinal, e Selo de nossas armas, aos dous dias do mez de Dezembro de mil, e seis centos, e oytenta, e quatro: Affonso de Reburedo Escrivaõ da Camara Episcopal a escrevi por mandado de Sua Illustrissima.

*João Bispo Conde.*

*PASTORAL DO ILLUSTRISSIMO SENHOR BISPO  
Conde Antonio de Vasconcellos, e Souza, de dous de Julho de mil,  
e sete centos, e quinze.*

**A**Ntonio de Vasconcellos e Souza, por mercè de Deos, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Senhor de Coja, do Conselho de Sua Magestade, e seu Sumilher da Cortina, &c. Fazemos saber a todos os Reverendos Priores, Rectores, Vigarios, e Curas, e mais Beneficiados, e Clerigos deste Bispado, aos quaes por obrigação de seus beneficios, e officio Parochial lhes pertence parochiar, e administrar Sacramentos, que sendo sua Magestade, que Deos guarde servido por sua Real grandeza, e Catholica piedade mandar se naõ observasse a Provisãõ, que se expedio pelo seu Dezembargo do Paço, extrahida da resoluçaõ, que se tomou em treze de Fevereiro do anno de mil, e sete centos, e dez, na qual se determinava, que os herdeiros dos falecidos abintestados naõ houvessem de fazer mais suffragios, ou officios, que aquelles, que voluntariamente quizessem mandar satisfazer, ordenando, que daqui em diante naõ tenha pratica, ou observancia algũa, recomendãdo-nos muito, encarregando nossa consciencia, a que em cumprimento da nossa obrigação houvessemos de cuidar, em que sem violencia, e vexaçãõ dos Fréguezes se fizessem os suffragios, e funeraes dos defuntos, assim abintestados, como com testamento falecidos, naõ se excedendo os emolumentos, e as esmolas delles, segundo os usos, e  
costu-



DAS PASTORAES.

13

costumes justos, e legitimamente consentidos, e approvados, como tudo melhor consta da Carta, que o mesmo Senhor por sua Real grandeza foy servido escrevernos, cujo theor he o seguinte.

„ Reverendo Bispo Conde amigo: Eu El Rey vos envio „  
 „ muito a laudar, como aquelle, que amo: Mandando considerar os „  
 „ meynos mais efficazes, e livres de inconvenientes, e mais seguros „  
 „ na consciencia para se evitarem as queixas, e vexações, que alguns „  
 „ Parochos deste Reyno fazião aos seus Fréguezes sobre a materia „  
 „ dos suffragios, que se deviaõ fazer pelas almas, dos que morressem „  
 „ com Testamento, ou abintestados, e em vista do que se me repre- „  
 „ sentou em varias consultas, e por Ministros de supposiçaõ, e boas „  
 „ letras, houve por bem revogar a Provisão, que se expedio pelo „  
 „ Dezembargo do Paço, extrahida da resoluçaõ, que fuy servido „  
 „ tomar em consulta de 13. de Fevereiro do an. de mil, e sete centos „  
 „ e dez, para que daqui por diante não tenha pratica, ou observan- „  
 „ cia alguma, e porque necessitaõ de remedio as violencias, e vexa- „  
 „ ções, que alguns Parochos sobre esta materia obraõ com os seus „  
 „ Fréguezes, vos recomendo apertadamente, que cuideis muito „  
 „ nesta materia, que he propria da vossa obrigaçaõ, da justiça, e paz „  
 „ que deveis procurar, que haja entre os Parochos, e seus Fréguezes „  
 „ na vossa Diecesi, e vos encomendo com todo o cuidado vigieis, e „  
 „ vos appliqueis a este particular, castigando severamente aos Paro- „  
 „ chos, que excederem os emolumentos dos suffragios, e funeraes „  
 „ dos defuntos, e usos, e costumes, que forem justos, e estiverem „  
 „ legitimamente consentidos, e approvados na vossa Diecesi, e por „  
 „ ser este negocio de tanto pezo, volo encarrego muito na vossa con- „  
 „ sciencia, e quando não haja toda a emenda, que espero, usarey dos „  
 „ meynos, que por direito me são permittidos para socego do bem „  
 „ publico, e livrar os meus vassallos das violencias, que padecerem. „  
 „ Escrita em Lisboa a nove de Mayo de mil, e sete centos, e quinze. „

R E Y.

E porque não só he proprio da nossa obrigaçaõ procurar por todos os modos, que os suffragios pelas almas dos falecidos abintestados, ou com Testamento, se fação segundo foy sempre uso pio, e louvavel costume, approvado pela Igreja Catholica, recomendado pelos Santos Padres, e confirmado por direito, e Constituições dos Bispos, e que na observancia deste costume, assim introduzido, aceito, e prescripto, cumprimento, e satisfacaõ dos suffragios, officios,

cios, e paga das offertas não haja extorção, violencia, nem excesso com detrimento, e vexação dos herdeiros. Por tanto, usando da faculdade, que por direito nos he concedida, e havendo ouvido de cada hum dos Arcediagos do nosso Bispado, aquelles Reverendos Parochos, que convocamos, e que juntos deraõ sua informaçãõ:

Por esta nossa Pastoral ordenamos, e recomendamos muito, que os pios usos, e costumes louvaveis de cada huma das Fréguezias deste nosso Bispado, geralmente aceitos, e legitimamente prescriptos, e praticados, inteiramente se observem, fazendo-se em cada huma das Fréguezias aquelles suffragios, Missas, e officios costumados, assim pelos que morrerem com Testamento, como pelos falecidos abintestados, com tal declaraçãõ, que nas esmolas de todos estes suffragios, e funeraes, paga das offertas costumadas, satisfaçãõ de cantoria, e Missa dos Clerigos em officios de nove lições, e ementa dos Domingos, e dias Santos, se não dispenda mais, que aquella contia, que importar o valor dos bens, que ficarem do defunto, e couberem na terça da terça de cada hum dos falecidos, que tiverem filhos, ou herdeiros seus, e necessarios, e nas duas partes da terça daquelles defuntos, que não tiverem herdeiros forçados, com a declaraçãõ outro sim, de q̃ esta despeza não excederã de quatorze mil reis, ainda q̃ a referida terça da terça, ou duas partes della tenha mayor valor; pois nem por isso se dispenderã mais, salvo os funerarios voluntariamente quizerem gastar mais em Missas, ou outros suffragios, e quando os bens desta terça da terça não cheguem ao valor de quatorze mil reis, e por esta causa se não fassaõ os officios de nove lições, e só se lhes façaõ os officios de tres lições, declaramos, e mandamos, que entãõ se não exceda na satisfaçãõ destes suffragios, offertas, e Missas, e pagas dos Clerigos, mais que atè a contia de sete mil reis; e sendo mais diminuto o valor dos bens, q̃ ficarem, e tal, que não chegue ainda para os tres Nocturnos, entãõ se farã hum, ou dous quando chegue, segundo os bens, que ficarem, e não chegando ainda para hum, ou dous Nocturnos, se distribuirã em Missas de esmola de quatro vintães, que o Reverendo Parocho dirã, e repartirã pelos Clerigos da Fréguezia, sendo preferidos aquelles, que mais os ajudarem na administraçãõ dos Sacramentos. E naquellas Fréguezias, e Igrejas, aonde por serem moderadas as offertas, segundo o uso, e costume de cada huma, não importar a paga dos suffragios, officios, e esmola dos Clerigos, tanto que chegue às taxadas contias,  
nem

nem por isso se farão mais suffragios, não querendo os funerarios, nem se levarão mais offertas, ou esmolas, e só se lhes satisfará aquellas, que até aqui, segundo o uso, e costume se lhes davaõ, e isto mesmo se observará, e praticará a respeito dos falecidos com testamento, ainda que nelle não deixem determinado se lhes satisfação os officios, e suffragios, segundo os usos, e costumes pios, e louvaveis, ou declarem se lhes não fação, por ser esta disposição nesta parte não só repugnante às disposições de direito, mas contraria aos pios, e louvaveis costumes em prejuizo da Alma do testador, e direito Parochial.

E as offertas, q̄ conforme os mesmos usos, e louvaveis costumes se devem dar, assim no dia do enterro, como em cada hum dos officios poderão os funerarios, e herdeiros pagar, ou nas mesmas especies, que são devidas, ou em dinheiro, que os Reverendos Parochos lhe aceitarão pelo preço mais favoravel, que nesse tempo tiverem os generos, que se houverem de pagar; e porque as almas dos falecidos ao depois, que se passou a Provisão, que Sua Magestade foy servido revogar, não devem ficar privadas dos suffragios, que segundo os pios usos, e aceitos costumes, se lhe deviaõ fazer, declaramos, e mandamos, que não havendo os herdeiros mandado dizer em Missas, e despendido em esmola de officios, paga de offertas obrada, e satisfação de ementa, o valor dos bens, que tivesse a terça da terça na fórma, que declarado fica, se fação entãõ com effeito aquelles suffragios, e officios costumados, até à arbitrada quantia, na qual entrarã, e se abaterã o importe da esmola de Missas, que tiverem mandado dizer com a offerta do enterro, q̄ se tiver satisfeito, ementa, e qualquer outra esmola de offerta, que tiverem pago.

Mandamos, que por cada hum dos Fréguezes pobres, e mendicantes, que sem terem bens alguns fallecerem, se digaõ pelo seu Reverendo Parocho duas Missas, huma no dia do seu enterro, sendo livre, ou logo no seguinte, e outra no dia, que se lhe fizer hum officio de tres lições, que ordenamos se lhe cante com a assistencia dos necessarios Clerigos da Fréguezia, que costumaõ assistir por esmola, pelos quaes, sendo muitos, fará o Reverendo Parocho distribuição, e a todos mandamos sob pena de suspensão assistaõ, sem por isso levarem esmola, e quando não haja Clerigos na Fréguezia, e seja preciso virem de fóra, se fará o tal Nocturno naquelle primeiro dia, que succeder fazer se officio por esmola, que se houver de pagar, pois ain-

da que temos prohibido se não fação em hum dia dous officios, permittimos, que por esta causa possa haver demais na mesma manhã este de tres lições, e a cera para elle mandamos seja por conta da fabrica da Igreja, quando nella não haja Irmandade das Almas, que a dê, mas não havendo esta, e seja tão pobre a fabrica, que não possa concorrer por esta, ou por outra causa para os gastos da cera, então satisfará o Reverendo Parocho rezando o Nocturno, e dizendo as duas Missas.

É pelo que toca aos suffragios, que se haõ de fazer pelos filhos familias, que ainda não foraõ herdados, nem delles ficãraõ bens alguns, mandamos se observe, o que já determinamos por nossa Pastoral, passada em dezasseis de Fevereiro de sete centos e nove, fazendo-se sómente hum Nocturno com a Missa do corpo presente, e na mesma fórma ordenamos se fação semelhantes suffragios pelas almas daquelles pais, ou ascendentes, que fallecendo sem deixarem bens alguns lhe ficãrem filhos, ou descendentes com bens, pois sendo, como são correlativos, se considera a mesma razão de caridade, e obrigação, e he justo se satisfaza a huma acção tanto de piedade. E pelos escravos, que tiverem servido a seus senhores, mandarà cada hum dizer cinco Missas pelo Reverendo Parocho, pois havendo em vida tido o cuidado de lhe administrar os Sacramentos, deve ter o emolumento de ser preferido, querendo dizellas. Aos ausentes, que passarem de dez annos sem delles haver noticia alguma, nem se fazer certo pelos filhos, ou parentes mais chegados serem ainda vivos, mandamos se lhe fação suffragios na fórma da Constituição, não se excedendo aquella quantia, que assim fica determinada, com declaração, que não levarão os Parochos offertas funeraes, mas sómente aquellas esmolas, que se costumaõ pagar pelos officios, pois sendo a disposição da Constituição encaminhada a não ficarem as almas destes ausentes sem os costumados suffragios, se fica a ella satisfazendo com os officios, que ordenamos se fação, e assim declaramos ser esta a fórma, em que se deve observar nesta parte o disposto na Constituição.

E porque não devem os Parochos retardar dar a sepultura aos seus Fréguezes defuntos pela causa de se lhe não darem logo as offertas funeraes, mandamos a todos sob pena de suspenção, *Ipso facto*, assim o não fação, antes tendo recado, não só hiraõ encomendallos, como são obrigados, e manda a Constituição, mas tambem se poraõ promptos para lhe dar sepultura, e quando ao depois lhe não satisfazão

fação a estas offertas, nem as dos officios, ou esmolas, que lhe deverem de Missas, requererão Monitorio ao nosso Doutor Vigario Geral, e de nenhum modo procederão por virtude de Capitulo de Visita, em que se lhes deu essa faculdade, pois todo, e qualquer pertencente a esta materia, em que se deu jurisdicção aos Parochos para proceder, havemos por revogado por esta nossa presente Pastoral, a qual mandamos inteiramente se observe por todos, e cada hum dos Reverendos Parochos, sobpena, de que ao transgressor em todo, ou em parte della não só emporemos a pena de suspensão de officio de Parocho pelo tempo, que parecer, mas tambem procederemos à de prizaõ com degredo, e multa pecuniaria, que se applicarà parte para aquelle Fréguez, a quem se vexar, e obrigar a fazer mais suffragios, ou pagar mayor quantia daquella, que arbitrada fica, advertindo, que especialmente em visita se ha de perguntar, e enquerir sobre esta materia, e cumprimento desta nossa Pastoral, e para isso ordenamos, que no edital da Visita se accrescente especial interrogatorio, e para que venha à noticia de todos o determinado nesta nossa Pastoral, ordenamos, que cada hum dos Reverendos Parochos a publique a seus Fréguezes em o primeiro Domingo, ou dia Santo ao depois de lhe ser entregue, e a lançará no livro da Visita, e tombo da Igreja por boa letra, para que assim haja de ser publicada cada anno. Dada nesta Villa de Aveiro sob nosso Sinal, e Selo de nossas armas, aos dous dias do mez de Julho de mil e sete centos e quinze annos. Francisco Maciel Malheiro Escrivão da Camera Ecclesiastica do Bispado a fiz escrever.

*A. Bispo Conde.*

Lugar do Selo.

**PASTORAL DO REVERENDISSIMO CABIDO, SEDE**

*Vacante, de vinte e quatro de Julho de mil e sete centos e*

*vinte e quatro.*

**N**O'S Deaõ, Dignidades, Conegos, e Cabido, *Sede vacante*, desta Cidade, e Bispado de Coimbra, &c. A todos os Fieis Christãos de qualquer estado, e qualidade, que sejaõ, que desta noticia tiverem, faude, e paz para sempre em JESU Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio. Fazemos saber, que assim por Constituições deste Bispado, como por Pastoraes dos Illustrißimos

triffimos Prelados delle se tem prohibido com censuras , e penas pecuniarias se não dem à execuçaõ ordens algumas de nenhum Juiz Apostolico , sem primeiro insinuarem os seus poderes aos mesmos Prelados , ou a seus Provisores , ou Vigarios Geraes, para que achando-as passadas em fórma as cumprirem, e mandarem dar à sua execuçaõ , e assim se evitarem perturbações de jurisdicções , que costumão levantar-se,quãdo pelos taes Juizes Apostolicos se passaõ ordens, ou cartas para diligencias, sem encorporarem nellas a commissaõ Apostolica , e mandadas cumprir por hum dos ditos Ministros , seguindo-se de se querer obrar o contrario, queixarem-se os noslos subditos , e perturbar a jurisdicçaõ ordinaria Ecclesiastica , e delegada pela Santa Sé Apostolica , e para q̃ estas cousas sejaõ sabidas das pessoas, a quem não tenhaõ chegado à noticia , mandamos passar a presente Pastoral, e pela mesma mandamos com pena de excommunhaõ mayor, *Ipsò facto, incurrẽda*, e de vinte cruzados pagos do aljube , que nenhuma pessoa Ecclesiastica , ou secular , Clerigo , Frade , Notario Apostolico , Escrivaõ , Tabaliaõ , ou outro qualquer official de Justiça faça diligencia alguma por semelhantes Cartas de Juizes Apostolicos , sem primeiro estarem as suas cartas , ou ordens cumpridas pelos ditos noslos Provisor , ou Vigario Geral , e para que assim venha à noticia de todos, e não possaõ allegar ignorancia , será esta fixada na taboa publica da porta da nossa Sé , donde nenhuma pessoa a tire , ou rasgue sob as mesmas penas , em que he nossa tençaõ encorraõ. Dada em Coimbra sob o Selo da nossa Mesa Capitular , e Sinal do Reverendo Doutor Mauricio Saraiva da Costa nosso Provisor, aos vinte e quatro dias do mez de Julho de mil e sete centos e vinte e quatro annos. Francisco Maciel Malheiro Escrivaõ da Camera Ecclesiastica a sob escrevi. Lugar do Selo.

*Mauricio Saraiva da Costa.*

*PASTORAL DO M. R. VIGARIO CAPITULAR O  
Doutor Joseph Freire de Faria de vinte de Novembro  
de mil e sete centos e vinte e oyto.*

**O** Doutor Joseph Freire de Faria Vigario Capitular desta Cidade , e Bispado de Coimbra , com toda a jurisdicçaõ ordinaria por recommendaçã de Sua Magestade , e nomeaçã do Reverendissimo Cabido , *Sede Episcopali vacante* , &c. Fazemos saber a todos

os Subditos do Bispado, assim Ecclesiasticos, como seculares, de qual-  
quer estado, e condiçãõ que sejaõ, e em especial ao Reverendo Pa-  
rocho da Igreja de Eyras, e a todos os Fréguezes della, que à nossa  
noticia haõ chegado, com bem sentimento nosso, e magoa grande,  
as menos Catholicas acções, e escandalosos abusos, que o inimigo  
cõmum tem introduzido na Procissãõ do Espirito Santo, acompa-  
nhando à sua Cappella o fingido Emperador de Eyras, havendo an-  
tes, e depois da Procissãõ, e ainda na mesma Procissãõ, e Cappella  
muitas danças de mulheres, e homens, vestindo-se muitos delles  
em trajas de mulheres, e as que o faõ, vestindo-se em trajas de ho-  
mens, cantando trovas, e cantigas inhonestas, e indecentes, man-  
dando vir para o peccaminoso festejo a dança de Tentugal com mu-  
lheres saltatrices, e de deshonesto procedimento, fazendo ajunta-  
mentos em casas particulares, e ainda nas casas publicas da Camera,  
com acções, e palavras obscenas, e tocamentos libidinosos, resul-  
tando de tudo ruina espiritual nas almas, com gravissimo escandalo  
dos Fieis, e perda do credito de honras, e o que mais he de lamentar,  
com gravissimas offenças de Deos Senhor nosso, que sendo commet-  
tidas com o preteisto de festejarem o Espirito Santo, ficaõ sendo mais  
aggravantes, e execrandas. E porque a miseria taõ abominavel nos  
incumbe pelo lugar, que indignamente occupamos, acudir com  
prompto remedio, fazendo cessar este lamentavel abuzo: Pela pre-  
sente nossa Pastoral mandamos sob pena de excommunhaõ mayor,  
*Ipso facto, incurrenda*, e de cincoenta cruzados para as despezas da  
justiça, e Meirinho, pagos do aljube, que da publicaçãõ desta em-  
diante se naõ admittaõ danças de homens, nem de mulheres na  
Procissãõ, e acompanhamento, que os moradores, Fréguezes da  
Igreja de Eyras fazem ao supposto Emperador, indo à Cappella do  
Espirito Santo, nem nesta, nem na Procissãõ, e acompanhamento  
cantem cantigas, ou trovas algumas; e na mesma fórma, sob as mes-  
mas penas, assimã cõminadas, prohibimos, e mandamos se naõ façaõ  
ajuntamentos de homens com mulheres de noite, ou de dia, andan-  
do por casas particulares, ou publicas, com descantes, e danças,  
nem se vistaõ de mulheres os homens, nem as mulheres em trajas  
delles, e a pessoa, ou pessoas, que o contrario fizerem, além da ex-  
communhaõ, em que logo encorrem, pagarãõ a pena pecuniaria,  
e lhe seraõ impostas, as que mais pela sua culpa, e excesso merece-  
rem. E para que venha à noticia de todos, mandamos ao Reverendo Pa-

Parocho, sob pena de suspenção do Officio Parochial, q̄ lendo logo esta na estação, que fizer à Missa Conventual do primeiro Domingo, & nas de dous dias Santos seguintes, lance o traslado della no livro das Pastoraes, e depois a fixarà no anteparo das portas principaes da Igreja, ou outro lugar publico della, aonde esteja resguardada do temporal, e donde não serà tirada, desfixada, ou rasgada debaixo das mesmas penas, e o reverendo Parocho terà lembrança de a ler todos os annos à Estação da Missa Conventual do Domingo, ou dia Santo mais proximo à Festa do Espirito Santo, e mais lhe ordenamos, sob a mesma pena, e de se proceder contra elle, nos haja de dar conta da observancia desta nossa Pastoral, e da pessoa, ou pessoas, que della forem transgressores. Dada em Coimbra no Palacio Episcopal sob o nosso Sinal, e Selo da Mesa Capitular, aos vinte de Novembro de mil e sete centos e vinte e oytos annos. Francisco Maciel Malheiro Escrivão da Camera Ecclesiastica a sobescrevi.

*Joseph Freyre de Faria.*

Lugar do Selo.

*PASTORAL DO ILLUSTRISSIMO SENHOR BISPO  
de Angola, D. Luis Simões Brandaõ, Vigario Capitular, e Geral  
deste Bispado de Coimbra, de treze de Janeiro de mil e  
sete centos e trinta.*

**D**Om Luis Simões Brandaõ por mercè de Deos, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Angola, do Conselho de Sua Magestade, e Vigario Capitular pelo Reverendissimo Cabido desta Cidade, *Se-  
de Vacante.* A todos os subditos deste Bispado saude, e paz em JESU Christo nosso Salvador. Faço saber, que conturbando-me muito a consideração do grande pezo, que a Divina Providencia foy servida pôr sobre meus fracos hombros na regencia desta Igreja, me anima grandemente o conhecimento, que tenho da docilidade, e boas inclinações dos subditos della, aos quaes todos rogo pelas entranhas de misericordia de Deos nosso Senhor, que apartando-se dos vicios, e seguindo as virtudes, se mostrem em tudo dignos do nome Christaõ, que professão; e porque huma das cousas digna de muito sentimento, e de perniciosas consequencias, he o detestavel abuzo, que se tem introduzido de fazer casa de conversação nos Templos, que são deputados para casa de Oração, sendo o principal culto, que o  
Senhor



Senhor alli quer se lhe tribute, o silencio como està ordenado por Cõ-  
 cilio Geraes, Bullas Apostolicas, Decretos Ecclesiasticos, e Dou-  
 trina dos Santos Padres, exorto a todos assim Ecclesiasticos, como  
 seculares, se opponhaõ com toda a efficacia à extirpação do dito a-  
 buzo, e quando estiverem nas Igrejas assim no tempo dos Divinos  
 officios, como fóra delles, observem o reverente, e devoto silen-  
 cio, que convem ao culto, e casa do Senhor, naõ conversando de  
 nenhuma maneira, nem ainda homens com mulheres, nem mulhe-  
 res com mulheres, e sómente se dem reciprocamente as primeiras  
 faudações Christãas com a modestia devida ao lugar Santo, em que  
 se achaõ; e recomendo aos Reverendos Parochos tenhaõ neste parti-  
 cular toda a boa vigilancia; e em apascentar as suas ovelhas com o  
 pasto da Doutrina Christãa, administração dos Sacramentos, e bom  
 exemplo de suas vidas: E porque ordinariamente a multiplicidade,  
 e variedade de Leys occasionaõ confusão, e he occasião, de que  
 nem humas, nem outras se dem perfeitamente à sua devida execu-  
 ção, pela presente suspendo os effeitos de todas as cartas Pastoraes,  
 e mando, que por ellas se naõ obre cousa alguma, em quanto naõ for  
 da materia dellas bem informado, excepto a carta Pastoral do Illus-  
 trissimo Senhor Bispo Conde D. Ioão de Mello, passada em doze de  
 Outubro de mil e seis centos e noventa, e a carta Pastoral do Illus-  
 trissimo Senhor Bispo Conde D. Antonio de Vasconcellos, e Souza,  
 sobre os suffragios, passada em dous de Julho de mil e sete centos e  
 quinze, e outra passada em dez de Março de mil e sete centos e sete,  
 no que respeita à fórma, que nella se dá sobre as denunciações para  
 se celebrar o Sacramento do Matrimonio, aonde se diz assim. „ Por  
 evitarmos alguma vexação, q̃ aos nossos subditos se pòde seguir de „  
 recorrer aos nossos Ministros para a licença para se receberem, quã- „  
 do hum, e outro contrahente saõ deste Bispado, ainda q̃ de diver- „  
 sas Fréguezias, declaramos, naõ ser esta necessaria, e sómente bas- „  
 ta appresentarem ao Reverendo Parocho, que os ha de receber „  
 certidaõ dos outros, que o saõ do mesmo Bispado, reconhecida „  
 por algum Notario, ou Escrivaõ do luizo, ou por outro Reveren- „  
 do Parocho, quando por si naõ se reconheça a letra; e só recorrerà „  
 a licença sendo de outro Bispado, por tudo assim ser conforme à „  
 Constituição, e mandamos, que nesta Cidade, Villas, e Lugares „  
 de mayor povoação, em que houver muitas Fréguezias, em todas „  
 se façaõ, e publiquem as denunciações, aos que quizerem casar, e „  
 „ naõ

„ não he necessario proceda despacho do nosso Ministro, e sómente  
 „ o Reverendo Parocho, tendo alguma duvida para o fazer, lho  
 „ communicarà primeiro. Tambem exceptuo a Pastoral do Reve-  
 rendissimo Cabido, *Sede vacante*, para se não fazerem diligencias por  
 cartas de Iuizes Apostolicos sem *Cumpra-se*, passada em vinte e  
 quatro de Julho de mil e sete centos, e vinte e quatro, e ultimamen-  
 te exceptuo a Pastoral do Reverendo Vigario Capitular o Doutor  
 Joseph Freire de Faria, em que prohibe danças, cantos, e trovas  
 profanas, e ajuntamentos de homens, e mulheres na Procissão, e a-  
 companhamento, que se faz com o chamado Emperador de Eyra à  
 Cappella do Espirito Santo, passada em vinte de Novembro de mil  
 e sete centos e vinte e oyto. As quaes Pastoraes affima referidas ef-  
 pecificamente confirmo, e mando fiquem em seu vigor, e se obser-  
 vem sob as penas nellas impostas, com declaração porèm, que quan-  
 to, ao que se ordena na dita Pastoral das Denunciações, ainda sendo  
 os contrahentes ambos subditos deste Bispado se devem receber den-  
 tro de dous mezes depois da ultima Denunciação, e sendo passado  
 mais tempo, não os poderà o Reverendo Parocho receber, sem se  
 tornarem a fazer as mesmas Denunciações, e porque nem as dispo-  
 sições dos Sagrados Canones, nem das Constituições Sinodales,  
 nem as penas comminadas na Pastoral de mil e seis centos e noventa,  
 e outras muitas, tem bastado para evitar a indecencia escandalosa  
 dos habitos, de que usão os Clerigos, e principalmente nas Igrejas,  
 quando vão celebrar, ou assistir nos Divinos officios, além das pe-  
 nas da dita Pastoral, lhe mando a observancia dellas nesta presente,  
 com preceito formal de obediencia, e sob pena de suspenção de suas  
 ordens, *Ipsò facto*, e sob a mesma pena, mando aos Reverendos Pa-  
 rochos, não os admittaõ na Igreja, sem a tal compostura, e decen-  
 cia de habito, e tonsura, pelo que se inquirirà nas visitas, para se pro-  
 ceder contra os culpados com todo o rigor de justiça. Em quanto  
 não visito as Igrejas deste Bispado, ordeno aos ditos Reverendos  
 Parochos, me dem conta dentro de vinte dias depois da publicação  
 desta, dos Clerigos, que ha nas suas Fréguezias, seus procedimen-  
 tos, occupações, capacidade, e idade, e de todos os peccados pu-  
 blicos, e escandalosos, e de tudo o mais, que entenderem ser conveni-  
 ente dar-me noticia para o bom governo de suas Parochias, e bem es-  
 piritual de suas ovelhas; e no rol dos confessados deste presente an-  
 no me noticiaráõ dos Fréguezes, que a hi ha por crismar, notando

## DAS PASTORAES.

23

aos Crismados com esta nota *Chr.* e nas Igrejas, em que não houver as cartas Pastoraes, affima mencionadas, os mesmos Reverendos Parochos mandarão buscar dentro dos vinte dias a Copia dellas para serem registadas nos livros das Igrejas com esta, a qual depois de registada se publicará, e fixará nas portas da Igreja Cathedral, e nas das mais Igrejas Parochiaes desta Cidade, e Bispado, donde não será tirada por tempo de quinze dias, sob pena de excommunhaõ mayor. Dada nesta Cidade de Coimbra sob meu Sinal, e Selo do Reverendissimo Cabido, aos trinta de Janeiro de mil e sete centos e trinta. Leandro Vasques de Miranda Escrivaõ da Camera Ecclesiastica a sobescrevi.

*Luis Bispo de Angola.*

Lugar do Selo.

---

# COIMBRA:

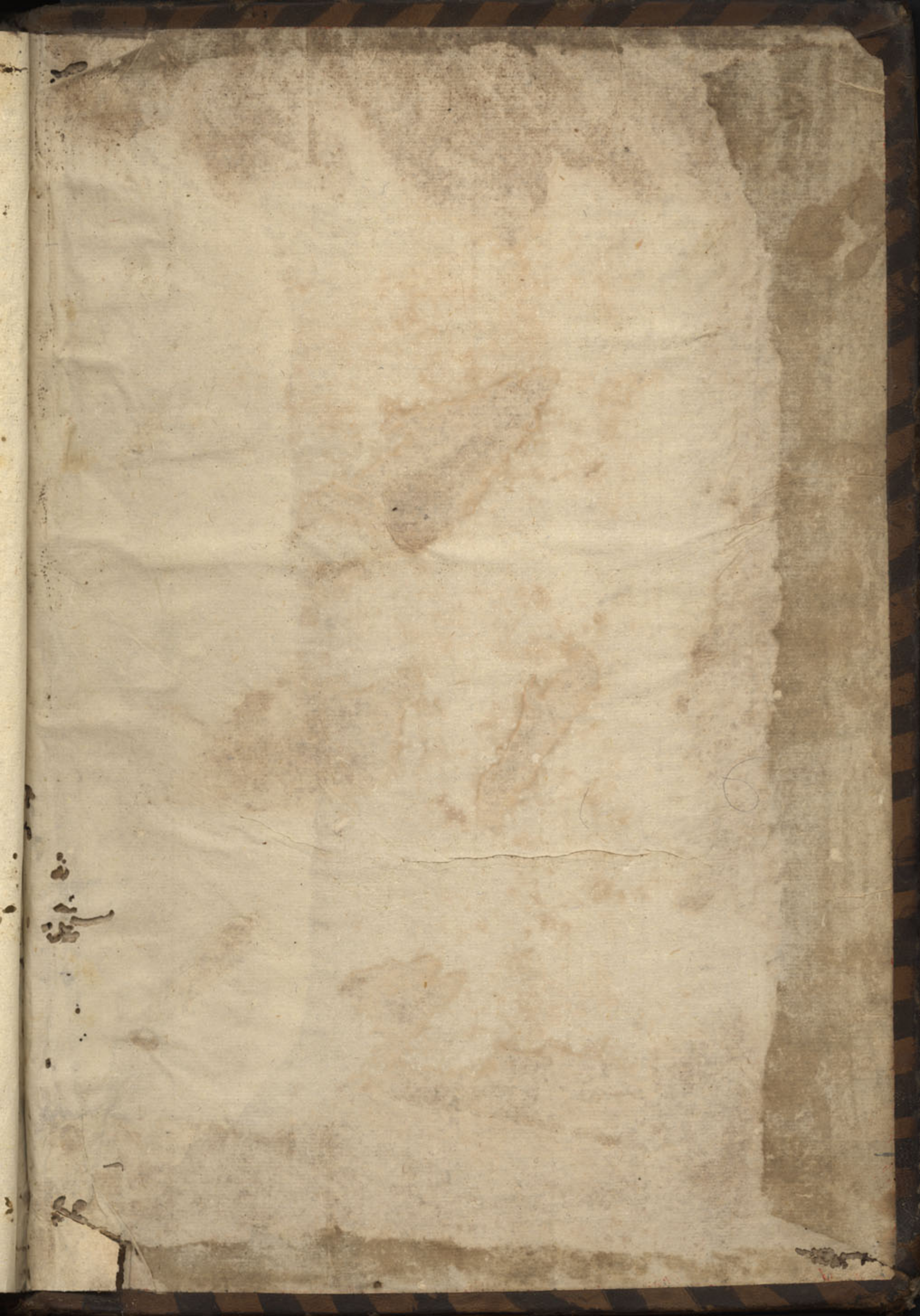
No Real Collegio das Artes da Cõpanhia de JESUS, Anno de 1730.

*Com as licenças necessarias.*











CONSTANTINO  
DOBISSEAD  
DECOLMBR

Sala

Gab.

Est.

Tab.

N.º

J

J

93

7

7